

# Nem seus defensores crêem nas diretas já

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A acirrada disputa pela implantação do parlamentarismo ou pela preservação do presidencialismo vem prendendo as atenções e impedindo, até agora, observar decisão da maior importância, já praticamente tomada na Assembléia Nacional Constituinte, sobre o tempo do mandato do presidente José Sarney. Ele será mesmo de cinco anos, período aceito e sustentado tanto por parlamentaristas quanto por presidencialistas. Só por milagre, ou no caso da superveniência de algum fato inusitado, ressurgirá a tese em favor dos quatro anos. Alguns parlamentares, como o senador Mário Covas, ainda insistem na aprovação do dispositivo fixando as eleições presidenciais para o ano que vem, mas mesmo eles têm consciência da impossibilidade de isso vir a acontecer.

Terá sido apenas para atender ao presidente José Sarney que a maioria constituinte acabou por consagrar os cinco anos? Não. Se existe razoável grupo defendendo esse prazo por razões ligadas aos desejos presidenciais, outro tanto bate na mesma tecla por motivos diversos. Para evitar, de todo modo possível, a realização das eleições presidenciais em 1988, por conta do quadro sucessório hoje prenunciado. Porque não haveria como o PMDB deixar de lançar Ulysses Guimarães, podendo ocorrer ou não a cisão no partido, com o lançamento de Mário Covas por uma pequena legenda. Aureliano Chaves dificilmente evitaria ser lançado candidato pelo PFL. O problema está em que, querendo ou não querendo, mudando ou não mudando de mensagem nos palanques, esses e quaisquer outros candidatos saídos da Aliança Democrática, como José Richa, Marco Maciel e até Waldir Pires e Miguel Arraes, estarão inevitavelmente reunidos num denominador comum: exprimirão a Nova República. Serão identificados como produto da situação atual e, talvez, do governo. Vale repetir, mesmo que desenvolvam intensa campanha de críticas ao presidente Sarney.

Resultado: correndo por fora, um candidato que desde o início tenha marcado posição contrária à Nova República crescerá, e muito, pois não será em um ano que se mudará a difícil imagem conquistada pelo governo junto à sociedade. Esse candidato poderá ser Paulo Maluf? Nem pensar. Então... Então sobra o engenheiro, perigosamente arriscado a receber a votação majoritária do eleitorado, ainda que a eleição se deva fazer em dois turnos. Ele acabaria apoiado pelas esquerdas e, eleito, o mínimo que a Nação teria a fazer seria comprar galochas e guarda-chuvas, dado o sinal certo de tempestade. Leonel Brizola, como candidato, já assusta. Presidente, apavora.

Imagina a grande maioria da Assembléia Nacional Constituinte que esse quadro possa refluir, ainda que não de pronto. O pior já passou

e, com sorte, a política do ministro Bresser Peretra será capaz de restabelecer a normalidade na economia. O problema social, em função disso, teria condições de ser mais bem enfrentado, e a Nova República, tanto quanto o presidente José Sarney adquiririam posição bem mais confortável do que a atual. A consequência seria chance maior para os candidatos lançados pelo PMDB e o PFL. Apenas é preciso tempo. Isso jamais aconteceria em poucos meses. Seria preciso bem mais. Marcadas as eleições para o ano que vem, no entanto, a partir de janeiro não se cuidaria de outra coisa, em todo o País, inviabilizando-se qualquer tentativa de recuperações econômica e social. Fixadas em novembro de 1989 as eleições, a coisa mudaria de figura. Ilusão ou esperança, é o que acaba de unir a quase totalidade das forças constituintes em torno dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

Quanto ao problema do sistema de governo, permanecem as dúvidas, no fim de semana. Os presidencialistas, com o presidente da República à frente, jogam tudo o que têm. Pensam haver virado a tendência parlamentarista, mas números reunidos pelos adeptos do sistema parlamentar de governo, tentam provar o contrário. Não dá para ninguém ter certeza de coisa alguma, a não ser, como exceção, que o deputado Bernardo Cabral não vai incorporar agora a emenda presidencialista em seu texto. Apresentada sexta-feira pelo deputado Teodoro Mendes, ela será submetida a voto no plenário da Comissão de Sistematização, na segunda quinzena deste mês. Será a hora do confronto. De bater chapa, imaginando-se quem terá sido prejudicado com o adiamento do prazo para a apresentação de emendas ao projeto de Bernardo Cabral, se os presidencialistas ou os parlamentaristas.

Quem na realidade preparou a emenda presidencialista foi o consultor-geral da República, Saulo Ramos, apesar de o presidente José Sarney ter alterado pelo menos por três vezes os rascunhos que lhe foram levados. Durante dois dias discutiu-se quem a apresentaria, se Carlos Sant'Anna, Prisco Viana ou Teodoro Mendes, restando a escolha, afinal, ao parlamentar paulista. Ele manteve, é claro, diversos entendimentos com Saulo Ramos, tendo participado da redação.

Se vitoriosa no plenário da Comissão de Sistematização, a emenda presidencialista terá obrigatoriamente de ser aceita por Bernardo Cabral e incluída no texto que descenderá ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte para discussão e votação, em dois turnos, nos meses de outubro e novembro, quem sabe dezembro, também. É provável que os parlamentaristas insistam, pedindo destaque para a votação da matéria, como ocorrerá-se a equação se desenvolver às avessas, ou seja, se o parlamentarismo prevalecer no plenário da Comissão de Sistematização.